

Sistema FIEP SESI SENAI IEL INDÚSTRIA

Jul a Set/2019 | Ano V nº23

Reforma Trabalhista: Marlos Melek, um dos integrantes da equipe que redigiu a nova lei trabalhista, faz ur



Linha do

Da indústria extrativista à era 4.0

TRABALHO

Quanto custa a cultura da informalidade para o País TECNOLOGIA

Retomada da Construção Civil conta com inovação e inteligência artificial

— SISTEMA FIEP JUNTO COM TODA **A SOCIEDADE**



EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

nosso i é de indústria.









Acreditamos no seu negócio, na inovação acessível, no ensino que realiza sonhos, no direito da sua indústria de ter voz, na segurança e saúde da equipe e da empresa, porque acreditamos em você, e é ao seu lado que construímos um Sistema inteiro de soluções para que tenha sempre a melhor opção.

Conheça tudo que temos para você: sistemafiep.org.br/campanha



REPRESENTATIVIDADE

SEGURANÇA E SAÚDE

Sistema = Sistema Fiep = Sistema

NESTA EDIÇÃO

- LEITURA RÁPIDA . 05
- PALAVRA DO PRESIDENTE . 06
- VIÉS.07
- FALOU E DISSE . 07
- AGENDA.08
- SABER É CULTURA . 08
- OPINIÃO . 09

 Christiano de Oliveira
- ENTREVISTA . 11
 Marlos Melek
- TRABALHO . 14
 O custo da informalidade para a economia do País
- CAPA . 18
 A evolução da indústria do Paraná nos últimos 75 anos
- SUSTENTABILIDADE . 25
 As ações desenvolvidas de olho na transformação social





- SÉRIE POLO INDUSTRIAL . 29 Os mitos e desafios enfrentados pelo setor plástico
- TECNOLOGIA . 34
 Os novos recursos utilizados na construção civil
- **DESENVOLVIMENTO . 37**As iniciativas que fortalecem regiões do Estado
- INOVAÇÃO . 41
 Cimenteira da RMC testa combustível
 alternativo
- **DA TERRA DOS PINHEIRAIS . 45**A paranaense Kadesh é referência no Brasil em calçados de segurança
- GENTE DA INDÚSTRIA . 48
- GIRO PELOS SINDICATOS . 50

LEITURA RÁPIDA



NOTAS DA INDÚSTRIA DO PARANÁ

Fiep 75 anos

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) comemora 75 anos de atuação em agosto. A data será marcada por uma solenidade, em Curitiba, no Campus da Indústria. Industriais que prestaram e prestam serviços relevantes para a indústria do Paraná serão homenageados com os títulos Mérito Industrial, Benemérito da Indústria, Honra ao Mérito e Pinheiro de Ouro, todos concedidos pela Fiep.

Semana da Indústria pelo Paraná

Em comemoração ao Dia Nacional da Indústria, celebrado em 25 de maio, o Sistema Fiep, por meio do Sesi e Senai no Paraná, levou ao longo do mês de maio a todas as regiões do Estado uma série de serviços gratuitos aos trabalhadores das indústrias e à comunidade, com as unidades móveis. Foram cursos de capacitação profissional, exames de saúde preventivos e atividades culturais. A programação aconteceu em Francisco Beltrão, Cascavel, Maringá, Londrina, Ponta Grossa e Curitiba.



Benefícios fiscais prorrogados

O governador Carlos Massa Ratinho Júnior assinou, em maio, o decreto de lei que prorroga benefícios fiscais do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao setor produtivo. A assinatura atendeu ao pleito da Fiep. Os setores beneficiados foram: madeira, alimentos, bebidas, produtos têxteis, vestuário, artefatos de couro e metalmecânico. "A isenção aumenta a competitividade do Paraná", declarou o governador na assinatura do decreto.

Deputados estaduais conhecem estrutura do Sistema Fiep

O Sistema Fiep recebeu, em abril último, a visita de uma comitiva de deputados estaduais. Eles foram convidados pelo presidente da Federação, Edson Campagnolo, para conhecer a abrangência da atuação da entidade e parte da estrutura mantida no Campus da Indústria, em Curitiba. "Os deputados ficam surpresos quando percebem o volume de ações que fazemos, a equipe altamente qualificada que temos e os investimentos que realizamos", disse Campagnolo. O deputado Delegado Francischini, presente na comitiva, destacou que a relação entre o setor produtivo e o Legislativo tem sido benéfica para o Paraná. "Essa proximidade permite aprovar projetos que reduzem custos para o setor empresarial, para que possa voltar a gerar empregos", declarou.

EXPEDIENTE

SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

PRESIDENTE

Edson Campagnolo

SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI) E INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL) E DIRETOR REGIONAL DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI)

José Antonio Fares

SUPERINTENDENTE CORPORATIVO DO SISTEMA FIEP

Irineu Roveda Junior

A INDÚSTRIA EM REVISTA É UMA PUBLICAÇÃO OFICIAL DO SISTEMA FIEP

COMITÊ DE COMUNICAÇÃO

Abílio de Oliveira Santana, Carlos Walter Martins Pedro, João Alberto Soares de Andrade, José Eugenio Gizzi, Paulo Roberto Pupo, Rodrigo Martins e Sebastião Ferreira Martins Júnior

GERÊNCIA DE MARKETING INSTITUCIONAL

Anne Tsumori Maezuka

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Edilane Marques

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Elvira Fantin (2152/DRT-PR)

EDIÇÃO, PROJETO GRÁFICO, ARTE E DIAGRAMAÇÃO

433 AG - 433.ag

BANCO DE IMAGENS

Shutterstock

IMPRESSÃO

Hellograff Artes Gráficas Ltda

TIRAGEM

10 mil exemplares

Comentários, críticas e sugestões, escreva para: aindustriaemrevista@sistemafiep.org.br



EDSON CAMPAGNOLO Presidente do Sistema Fiep

PALAVRA DO PRESIDENTE

No mês de agosto, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná completa 75 anos de fundação. Uma história que começou pelo espírito empreendedor de industriais ligados a nove sindicatos empresariais, que perceberam a importância da união para fazer com que o setor se desenvolvesse.

Esse espírito e essa união foram elementos essenciais para que, ao longo das sete décadas e meia seguintes, a Fiep se transformasse numa das mais importantes entidades representativas do setor produtivo paranaense. Mais: impulsionaram nossa indústria para que crescesse e, principalmente, se diversificasse. Hoje, o Paraná é o quarto maior polo industrial do Brasil, tendo participação relevante na geração de emprego, renda e tributos para o Estado e para o País.

É justamente a história dessa evolução que apresentamos na matéria de capa de mais uma edição da Indústria em Revista. Uma história que, neste momento de dificuldades em que a economia e o setor produtivo brasileiros ainda atravessam, deve servir de inspiração para que todos nós, setor produtivo e sociedade civil organizada, busquemos uma união cada vez mais forte. É por meio de nossa mobilização que conseguiremos as mudanças tão necessárias para que o País alcance um desenvolvimento condizente com seu enorme potencial.

Nos últimos oito desses 75 anos de história da Fiep, foi isso que nossa gestão, que se encerra ao fim de setembro, sempre buscou fazer. Acreditando que é por meio da união, possibilitada pelo associativismo, que o setor produtivo pode conquistar um melhor ambiente para que se desenvolva, a Fiep se posicionou claramente em defesa dos interesses da indústria paranaense.

Mais do que isso, internamente, implantamos uma série de ferramentas, procedimentos e projetos para criar um novo modelo de gestão no Sistema Fiep, aumentando a eficiência, o controle e a transparência na aplicação de nossos recursos. Também investimos em estruturas, iniciativas e profissionais para potencializar nossos serviços, pensando, prioritariamente, no aumento da competitividade do setor industrial de nosso Estado.

Com o trabalho realizado, estamos seguros de que deixamos um importante legado não apenas para nossa entidade, mas para o setor produtivo e a sociedade paranaense. E, principalmente, temos certeza de que cumprimos plenamente a missão do Sistema Fiep: servir e fortalecer a indústria para melhorar a vida das pessoas.

Boa leitura!





SOBE

Empregos

O Brasil criou 129,6 mil vagas formais de emprego em abril último. É o melhor resultado para o mês desde 2013. O dado é do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). No ano, o acumulado está em 313.835 vagas, um aumento de 0,82% em relação ao mesmo quadrimestre de 2018. Já nos últimos 12 meses, são 477.896 postos criados, alta de 1,25%.



PIB do Brasil

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu suas expectativas para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil deste e do próximo ano. De acordo com o relatório divulgado em maio, a expansão da atividade brasileira em 2019 será de 1,4%, no lugar de 1,9% prevista em março. No caso de 2020, a previsão baixou de 2,4% para 2,3%.

FALOU E DISSE

AS FRASES MARCANTES DO SETOR

"As indústrias devem desenvolver processos para apoiar os trabalhadores a alcançarem seus potenciais e aumentarem a longevidade profissional."

ANNA TIENHAARA

Consultora sênior no Finnish Institute of Occupational Health, durante o 3º Seminário Internacional de Segurança e Saúde no Trabalho.





"O País tem muitas tradições que precisam ser revistas, mas não é possível não reconhecer aquilo que está dando certo. E considero que o Sistema Fiep dá muito certo."

LEONARDO PARANHOS

Prefeito de Cascavel, durante a programação da Semana da Indústria.

"Não só no Paraná, mas também em nível nacional, a Fiep já atingiu o status de grande representante do setor produtivo e da sociedade."

DEPUTADO TIAGO AMARAL

Vice-líder do governo na Assembleia Legislativa durante visita de parlamentares ao Sistema Fiep.





"Fiquei muito encantado com esse trabalho todo de banco de dados feito pela Fiep e vislumbramos a possibilidade de trazer informações tributárias para que se possam ter métricas mais apuradas com relação ao impacto dos impostos."

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda, comentando a possibilidade de uma parceria para a utilização das ferramentas da Sala Prospectiva do Observatório Sistema Fiep.





10° Congresso Nacional Moveleiro

Apresentar informações socioeconômicas do setor moveleiro nacional e internacional e analisar as oportunidades de negócios para o setor. Criar um ambiente para apresentação de cenários e tendências. Estes são os principais objetivos do 10º Congresso Nacional Moveleiro. O evento acontece no Expoara, em Arapongas. A realização é da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep).

Data: 3 a 5 de setembro **Informações:** congressomoveleiro.org.br



7º Fórum de Agricultura da América do Sul

Com o tema "Da Produção ao Mercado Global e Sustentável", acontece no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba, o 7º Fórum de Agricultura da América do Sul. A realização é do Grupo GRPCom, por meio da Gazeta do Povo, em parceria com a Ocepar. A Fiep, através do Conselho Setorial da Indústria de Alimentos e sindicatos industriais, participa oferecendo painéis com temas relevantes para o setor.

Data: 5 e 6 de setembro **Informações:** www.agrooutlook.com.br



Paranaenses na WorldSkills

A 45ª edição da WorldSkills Competition, maior torneio de educação profissional do mundo, acontece em Kazan, na Rússia. O evento reunirá cerca de 1600 jovens profissionais de 60 Países, que irão competir em 56 modalidades. O Senai do Paraná participa com seis competidores: Lucas Constancio Lenzi, Isabele de Lara da Silva, Eduardo Felipe Benvegnir, Leandro Ribeiro Moreira, Thiago Felipe Salkovski e Bruno de Souza Magalhães (na foto com o presidente do Sistema Fiep, Edson Campagnolo).

Data: 22 a 27 de agosto Informações: www.senaipr.org.br/worldskills/

SABER É CULTURA

ARTE PARANAENSE



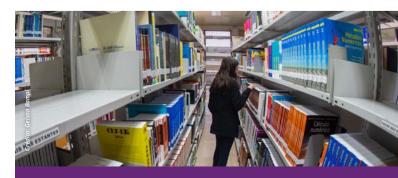
Rede de bibliotecas incentiva a aprendizagem

Com 53 unidades distribuídas por todo o Estado, o Sistema Fiep promove educação para colaboradores, alunos e comunidade local

Educação e Cultura são importantes eixos de atuação do Sistema Fiep. Por isso, a instituição conta com uma estrutura de 53 bibliotecas, distribuídas em diversas cidades do Estado, que, juntas, disponibilizam mais de 120 mil títulos físicos e mais de 8 mil digitais. Os espaços são destinados a colaboradores, alunos e toda a comunidade local, e o acervo pode ser consultado de forma online, pelo site sistemafiep.org.br/bibliotecadigital.

Em 2018, foram mais de 220 mil frequentadores e quase 50 mil empréstimos realizados, o que reforça a importância desses espaços. "As bibliotecas estão disponíveis para apoiar o processo educacional dos cursos do Sistema Fiep – sejam eles do Sesi, do Senai ou do IEL –, além de promover a

educação nas localidades onde estão inseridas. São, ainda, um espaço para a realização de ações culturais", explica Juliana Macedo Rocha, analista de Educação do Sistema Fiep.



Além do acervo físico, com 120 mil títulos, as bibliotecas do Sistema Fiep oferecem também mais de 8 mil obras digitais.



O cenário é de otimismo, mas sucesso depende de transformação cultural

Por Christiano de Oliveira

A Governança Corporativa (GC) só é instituída, de fato, mediante profunda transformação cultural. Em contraponto, a cultura das organizações ainda funciona como um antídoto instalado para a adoção das suas práticas: a rigidez comportamental dos seus líderes.

Embora seja ponto pacífico que só se garante a longevidade e atuação sustentável das organizações com a implantação do conjunto de regras, normas e práticas da GC, na realidade ainda não avançamos o suficiente nesse tema por uma resistência das lideranças à transformação cultural. De um lado temos líderes como protagonistas na adoção de hábitos transformadores da cultura, de outro temos esses mesmos líderes como responsáveis pela manutenção de velhos hábitos.

No meio, podemos dizer: a transformação cultural é a mola mestra para a adoção das práticas da GC.

Por que esse fenômeno é assim encontrado nas empresas?

Gosto muito da seguinte definição de cultura: "É o jeito como as coisas acontecem por aqui". E ponto! Sem juízo de valor e determinando que cada organização desenvolve a sua própria cultura, com características singulares, únicas. Imaginar a adocão de regras e convenções que regulem a forma de comportamento diferentemente de antes é concordar que o jeito como as coisas acontecem na atualidade não servirá para o futuro.

Qualquer mudança comportamental exige esforço e não é fácil. E, na medida que nos desenvolvemos, transformamos comportamentos antigos em hábitos e, muitas vezes, em vícios. Uma norma, prática ou regra não habitual só é assimilada mediante um processo de transformação. No indivíduo, uma mudança comportamental. Nas empresas, uma transformação cultural.

A GC implementada traz, a reboque, um grande conjunto de regras, normas, políticas, processos e procedimentos a serem seguidos nas mais diversas relações da organização. Isso inclui relações com funcionários e clientes, fornecedores, parceiros, terceiros e toda a comunidade presente na cadeia de produtividade em que está instalada. Significa que o grau de transparência e coerência em suas ações tem de tratar

OPINIÃO

todas essas esferas com equidade, conduta fundamental para a construção de um futuro sustentável e socialmente responsável.

Um programa de implantação ou de melhoria da GC somente terá sucesso se os principais líderes adotarem uma mudança comportamental, seja na forma como comunicam seus resultados, como escolhem seus fornecedores, como mitigam riscos e criam suas políticas de *compliance*, seja como estabelecem canais de comunicação com seus colaboradores e a sociedade, como deliberam sobre ações estratégicas de curto, médio e longo prazos, etc. E qualquer mudança comportamental requer preparo, planejamento e deve ser escalonada em doses homeopáticas.

Simples: dureza se transforma com suavidade.

Enfrentar uma mudança cultural exige, via de regra, um esforço contra a dureza. E é assim que acontece nos ecossistemas corporativos. Fato é que, independentemente da existência de crenças limitantes que defendem a manutenção de antigas

ENFRENTAR UMA MUDANÇA
CULTURAL EXIGE, VIA DE REGRA, UM
ESFORÇO CONTRA A DUREZA. E É ASSIM
QUE ACONTECE NOS ECOSSISTEMAS
CORPORATIVOS.

práticas, novas regras e a transparência vêm aparecendo nos ambientes corporativos. Que bom! Imprimir a adoção de boas práticas e torná-las transparentes é a nova meta a ser perseguida, uma total mudança na forma de relacionamento das empresas com seus *stakeholders*.

Hoje, o humor de empresários e investidores está diferente em relação ao Brasil, tanto pelo futuro cenário econômico mais promissor, quanto pelo regramento que empresas estão adotando na forma como se comunicam com o mercado.

Ao contrário dos últimos quatro anos, empresários e executivos voltam a fazer planos, voltam a querer contratar, lançar produtos, serviços e ainda colocam a responsabilidade social nessa agenda. O conjunto de regras claras e um maior grau de transparência nas ações empresariais tornaram-se necessário.

E uma boa governabilidade é mais que obrigatória para qualquer empresa que busque crescer com responsabilidade social e de forma sustentável. A Governança permite um completo alinhamento entre acionistas, executivos, leis e regulações, gerando credibilidade na imagem perante o mercado e, por sua vez, um bom humor generalizado.

Uma vez vencida a crença limitante que mantém líderes resistentes à transformação cultural em suas organizações, se instaura um ambiente propício à adoção das boas práticas da GC, ambiente esse capaz de garantir longevidade e uma efetiva atuação social dessas organizações em toda a extensão das cadeias produtivas em que estão inseridas.



CHRISTIANO DE OLIVEIRA É ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA CORPORATIVA PELA FUNDAÇÃO DOM CABRAL (FDC) E SÓCIO-GERENTE DA 3G GOVERNANÇA, GESTÃO E GENTE.

Reforma Trabalhista: há mais de um ano aproximando empregados e empresas

Segurança jurídica e melhoria no ambiente de negócios são os principais benefícios

por Douglas Luz

A modernização das leis trabalhistas, em vigor desde 11 de novembro de 2017, teve como objetivo trazer equilíbrio na relação entre trabalhadores e empregadores, incentivando a competitividade das empresas e a geração de empregos no País. Passado mais de um ano, o juiz federal do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 9ª Região, Marlos Melek, um dos integrantes da equipe que redigiu a nova lei, faz um balanço dos principais pontos.

Neste um ano e meio de modernização trabalhista, um dos destaques foi a redução da influência do Estado em questões que passam a ser definidas diretamente entre trabalhadores e empresas. Como ficou este cenário?

Vivemos um momento de transição. Qualquer cenário em que o Estado tenha menos interferência na vida dos cidadãos será um cenário de maior liberdade, flexibilidade e mobilidade. Temos detectado uma dificuldade entre os sindicatos dos trabalhadores negociarem com os sindicatos patronais. Muitas categorias no Brasil estão, no momento, sem convenção coletiva – o que gera incerteza, insegurança e expectativas. Porém, a legislação vai se consolidando aos poucos, seja pela aplicação no dia a dia, seja por decisões de tribunais, especialmente o Supremo Tribunal Federal (STF), que até agora manteve todos os pontos discutidos na Reforma Trabalhista em sua íntegra. Vencido este período, teremos importantes diferenciais competitivos para as empresas, melhores condições de trabalho e salários para os trabalhadores, e mais oportunidades para os que estão à procura de emprego.

VIVEMOS UM MOMENTO DE TRANSIÇÃO.

QUALQUER CENÁRIO EM QUE O ESTADO TENHA

MENOS INTERFERÊNCIA NA VIDA DOS CIDADÃOS

SERÁ UM CENÁRIO DE MAIOR LIBERDADE,

FLEXIBILIDADE E MOBILIDADE.



MARLOS MELEK

é juiz federal do Trabalho há 14 anos. Integrou a Comissão de Redação Final da Reforma Trabalhista (2017). É pós-graduado em Direito e Administração de Empresas. É autor dos livros "Trabalhista! E agora? Onde as empresas mais erram" e "Trabalhista! O que mudou? Reforma Trabalhista 2017", atualmente na terceira edição.

O Brasil registrava a impressionante marca de 11 mil novas ações trabalhistas a cada dia. No que as novas diretrizes impactaram nessa realidade? Este número diminuiu depois da Reforma?

Esse alto número gerava um Custo Brasil sem precedentes, desestimulava a atividade produtiva e empreendedora e permitia abusos. Os números consolidados recentes, seja do Tribunal Regional do Trabalho – 9ª edição (TRT 9) ou do Tribunal Superior do Trabalho (TST), demonstram uma queda de 36,5% das ações no Brasil e de 43% no Paraná. Antes, as ações que chegavam no Poder Judiciário possuíam um valor aleatório. Agora, quando o advogado postula direitos, precisa especificar o valor que ele está pedindo. Isso traz mais segurança para ambas as partes e faz com que o valor das causas corresponda à realidade econômica.

OS NÚMEROS CONSOLIDADOS
RECENTES, SEJA DO TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO – 9ª EDIÇÃO
(TRT 9) OU DO TRIBUNAL SUPERIOR
DO TRABALHO (TST), DEMONSTRAM
UMA QUEDA DE 36,5% DAS AÇÕES NO
BRASIL E DE 43% NO PARANÁ.

A modernização trouxe diferencial no trato que é dado às empresas, de acordo com seu porte. O que mudou, de fato?

Antes da Reforma Trabalhista, um juiz aplicava a lei de maneira idêntica para qualquer tipo de empresa. Com a nova lei, temos tratamentos diferenciados, de acordo com o porte da empresa. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 83% das empresas no Brasil têm até 14 empregados. A Reforma Trabalhista criou uma multa para as empresas que tiverem empregados trabalhando sem registro na carteira de trabalho, no valor de R\$ 3 mil por trabalhador. Para a pequena e microempresa, a multa é de R\$ 800,00. Uma novidade importante: para as pequenas e microempresas, o valor do depósito recursal será por metade, ao recorrer de uma sentença trabalhista. Pela lei antiga, para uma empresa de grande ou de pequeno porte o valor do depósito recursal era o mesmo. Dessa forma, viabilizamos democraticamente o acesso das



micro e pequenas empresas ao Poder Judiciário e às instâncias recursais e facilitamos, para as pequenas empresas, a formação de banco de horas, sem depender dos sindicatos. Além disso, a pequena empresa pode contratar o trabalhador intermitente, de acordo com a demanda, e ter segurança jurídica de que é um trabalhador com a carteira assinada.

ANTES DA REFORMA
TRABALHISTA, UM JUIZ APLICAVA
A LEI DE MANEIRA IDÊNTICA PARA
QUALQUER TIPO DE EMPRESA. COM
A NOVA LEI, TEMOS TRATAMENTOS
DIFERENCIADOS, DE ACORDO COM
O PORTE DA EMPRESA.



Em resumo, o que mudou realmente, tanto do ponto de vista do trabalhador quanto do ponto de vista do empresário?

O trabalhador terá novas oportunidades na forma de contratação: o contrato por tempo parcial, para aquele que quer trabalhar meio expediente; o contrato intermitente, para aquele que quer trabalhar por períodos descontínuos; e a possibilidade de o trabalhador ser remunerado por meritocracia, recebendo premiação no contracheque, sem pagar previdência social. Já os empresários ganharam mais segurança jurídica, permitindo, por exemplo, um acordo extrajudicial entre advogados, sem necessidade de um processo, o que economiza tempo. Outro ponto é a possibilidade do distrato, que atinge tanto o empregado quanto o empregador. Antigamente o empregado queria fazer um acordo para sair e a lei não deixava. Agora isso é possível. Outro exemplo é a possibilidade de jornada 12x36, diretamente acordada entre patrão e empregado, sem necessidade de passar pelo sindicato. Ou, ainda, a oportunidade de fracionamento das férias em até três períodos, a critério do trabalhador.

OUTRO EXEMPLO É A

POSSIBILIDADE DE JORNADA

12X36, DIRETAMENTE ACORDADA

ENTRE PATRÃO E EMPREGADO,

SEM NECESSIDADE DE

PASSAR PELO SINDICATO. OU,

AINDA, A OPORTUNIDADE DE

FRACIONAMENTO DAS FÉRIAS EM

ATÉ TRÊS PERÍODOS, A CRITÉRIO

DO TRABALHADOR.

Um dos principais argumentos daqueles que defendiam a Reforma Trabalhista era que ela contribuiria para a redução da informalidade e desemprego. Mas, em janeiro de 2019, segundo o IBGE, o número de empregados sem carteira assinada no setor privado chegou a 11,2 milhões, um recorde na série histórica. Isso indica que as novas formas de contratação criadas pela reforma ainda estão sendo pouco utilizadas?

Estamos em um momento de transição. Muitas empresas, contadores e advogados ainda têm receio em aplicar uma série de ferramentas da Reforma Trabalhista. Há também uma confusão entre o que é terceirização e o que é "pejotização" (abrir uma pessoa jurídica) e, com isso, o crescimento da informalidade. A terceirização é a contratação de trabalhadores por meio de uma empresa, enquanto que a "pejotização" é proibida por lei. Até o mercado se adequar, teremos o número de PJs crescendo fortemente no Brasil.

Em relação aos sindicatos, eles seguem com a negociação de salários com as empresas ou perderam essa autonomia?

Os sindicatos não perderam autonomia. Pelo contrário, eles ganharam ainda mais. Um acordo ou convenção coletiva se sobrepõe à própria lei federal. Os sindicatos devem prosseguir com a negociação de reajustes salariais, de condições de trabalho e benefícios. Temos que observar que o sindicato representa a categoria como um todo.



O preço da informalidade

Deficiências do ambiente de negócios do Brasil dificultam formalização de empresas e empregos e reduzem a produtividade da economia

por Rodrigo Lopes

A crise vivida pelo País nos últimos anos acentuou um problema que, há muito, é um limitador para o aumento da produtividade e competitividade da economia nacional: a informalidade. Os últimos resultados do Índice de Economia Subterrânea, estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), em parceria com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV IBRE), revela que a economia informal do País movimentou R\$ 1,173 trilhão no período de 12 meses encerrado em julho de 2018. Foi o quarto ano seguido em que o indicador apresentou alta, fazendo com que essa economia informal equivalesse

EMPRESAS FORMAIS TÊM
PRODUTIVIDADE MÉDIA QUATRO VEZES
SUPERIOR À DAS INFORMAIS.



FERNANDO VELOSO,
PESQUISADOR DA ÁREA DE
ECONOMIA APLICADA DO
FGV IBRE.

a 16,9% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ou fosse superior ao PIB de Países como Dinamarca e Irlanda.

Segundo o ETCO, a economia subterrânea é a produção de bens e serviços não reportada ao governo deliberadamente, com o objetivo de sonegar impostos, evadir contribuições para a seguridade social, descumprir leis e regulamentações trabalhistas, reduzindo custos. Essa situação impacta também no mercado de trabalho. A Síntese de Indicadores Sociais 2018, do IBGE, mostra que o contingente de brasileiros com trabalho informal chegou a 37,3 milhões de pessoas, ou 40,8% da população com algum tipo de ocupação.

Ao mesmo tempo, aumentou também o número de empresas informais – situação que é ainda mais prejudicial, como explica o economista Fernando Veloso, pesquisador da área de Economia Aplicada do FGV IBRE. "Sob o ponto de vista de produtividade, o conceito mais relevante é o de formalização da empresa", afirma. "Empresas formais têm produtividade média quatro vezes superior à das informais", afirma Veloso, com base em resultados de estudos realizados com outros economistas. Segundo ele, no caso da indústria de transformação, a diferença ainda é bem maior, em torno de sete a oito vezes. A maior produtividade se deve ao fato de, geralmente, uma empresa formalizada utilizar tecnologias mais sofisticadas, ser mais intensiva em capital e contar com

trabalhadores com escolaridade média mais elevada. Tudo isso gera ganhos de escala.

Problemas estruturais

Além dos efeitos da recessão, porém, existem motivos estruturais e até culturais que fazem do Brasil um território fértil para a informalidade. Veloso aponta três deficiências do ambiente de negócios brasileiro que coíbem a formalização de empregos e empresas. Uma é a dificuldade de acesso ao crédito, principalmente para pequenas empresas. Outra é a complexidade e o peso da carga tributária brasileira, que é quase um incentivo à informalidade em alguns setores.

Levantamento do Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac), por exemplo, estima que mais de 85% dos produtores da bebida no País sejam informais. O presidente do Sindicato das Indústrias de Bebidas do Paraná (Sindibebidas), Fulgêncio Torres Viruel, atribui esse índice ao aumento, nos últimos anos, das alíquotas de impostos que incidem sobre o produto. "O produtor de cachaça típico é o produtor rural, já que os alambiques precisam estar perto dos canaviais. A maioria fabrica de 20 a 25 mil litros por safra, mas para conseguir pagar a carga tributária atual, teria que pelo menos dobrar a produção. Como a fiscalização não é muito rigorosa, acabam vendendo na informalidade, o que distorce



A construção civil é um dos setores mais atingidos pela mão de obra informal, motivada, entre outros fatores, pelos altos custos das obrigações sociais na contratação de um trabalhador.

O PRODUTOR DE CACHAÇA TÍPICO É O PRODUTOR RURAL, JÁ QUE OS ALAMBIQUES PRECISAM ESTAR PERTO DOS CANAVIAIS. A MAIORIA FABRICA DE 20 A 25 MIL LITROS POR SAFRA, MAS PARA CONSEGUIR PAGAR A CARGA TRIBUTÁRIA ATUAL, TERIA QUE PELO MENOS DOBRAR A PRODUÇÃO.



FULGÊNCIO TORRES VIRUEL, PRESIDENTE DO SINDIBEBIDAS.

o ambiente de concorrência, e o governo deixa de arrecadar, o que é um contrassenso", explica. Torres aponta outras duas consequências da informalidade no setor: uma maior propensão a problemas sanitários e uma precarização do trabalho.

Custo do trabalho

Essa última questão está ligada justamente ao terceiro fator apontado por Fernando Veloso como gerador de informalidade: o excesso de encargos sociais sobre a contratação de trabalhadores. O recolhimento de inúmeras contribuições, nem sempre revertidas em benefícios ao colaborador, cria praticamente uma tributação sobre a folha de pagamentos. "E essa tributação do trabalho gera um efeito que tende a incentivar a informalidade, tanto da parte da firma quanto do trabalhador", afirma.

O custo elevado para a contratação é indicado como o principal motivo da grande informalidade em setores como o da construção civil, conforme explica o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná (Sinduscon-PR), Sérgio Crema. "Hoje, as obrigações sociais de uma empresa formal da construção civil giram em torno de 140% [sobre o valor do salário], enquanto um empreiteiro informal não tem nada desse custo", diz.

No caso específico da construção, a informalidade causa um grave problema social. "A segurança do trabalho cai vertiginosamente", relata. Segundo Crema, as obras de empresas filiadas ao Serviço Social do Sinduscon-PR (Seconci-PR), que presta atendimentos na área de segurança e saúde, apresentam redução de 40% nos acidentes de trabalho em comparação com obras informais. "Existe uma concorrência desleal, mas o barato pode sair caro. Quem contrata um empreiteiro desses está sujeito a um passivo trabalhista gigante, já que um funcionário pode entrar na Justiça do Trabalho por vários motivos, inclusive acidentes. Além de tudo, a probabilidade de a obra ter problemas é muito grande", afirma.

Cultura da ilegalidade

A concorrência desleal gerada pela informalidade se aplica à maioria dos setores, como na indústria do vestuário. "Cerca de 35% de tudo o que é vendido tem alguma irregularidade, seja pirataria, meia-nota ou uma substância não adequada no preparo da roupa", afirma o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel. "É um segmento muito grande, um mercado de mais de R\$ 220 bilhões por ano no País e de R\$ 2 trilhões no mundo. Existem problemas em todos os outros Países, mas a cultura da ilegalidade [no Brasil] estimula um mercado muito mais irregular", acrescenta.

CERCA DE 35% DE TUDO
O QUE É VENDIDO TEM
ALGUMA IRREGULARIDADE,
SEJA PIRATARIA, MEIA-NOTA
OU UMA SUBSTÂNCIA NÃO
ADEQUADA NO PREPARO DA
ROUPA.

FERNANDO PIMENTEL, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT).



Para Pimentel, a solução passa por medidas que tornem o ambiente de negócios mais eficiente, com custos inferiores para a produção, menos carga tributária e preços finais menores ao consumidor. "Essa é uma parte do problema e uma parte da solução. E outra é a educação de base, na escola e nas famílias, para mostrar que esse ilícito prejudica muitas e muitas pessoas", afirma. Simultaneamente, ele defende também uma maior fiscalização. "Esses ilícitos só vão ser coibidos num processo de parceria público-privada, usando a tecnologia para combater as fontes e, a partir daí, diminuir esse impacto, que é um flagelo para os negócios formais", conclui.

No Paraná, existem iniciativas nesse sentido. Uma delas, o Programa de Incentivo à Formalidade na Construção, foi criado em 2002 pelo Sinduscon-PR, em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (Crea-PR) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil (Sintracon). Técnicos das três entidades visitam obras – formais e informais – para verificar o cumprimento desde a legislação trabalhista até as normas de segurança. "Não temos a função de fiscais, a ideia é ver se a obra está na formalidade em diferentes aspectos", explica Sérgio Crema.

Identificadas potenciais irregularidades, o programa notifica o responsável para que apresente informações e documentos e providencie a regularização. "Caso não faça (as adequações), encaminhamos para os órgãos competentes", diz Crema. Segundo ele, o caráter preventivo do programa tem gerado bons resultados. Desde a criação, 13,8 mil obras foram fiscalizadas, com cerca de 14,5 mil trabalhadores tendo sido formalizados após a ação do comitê. "Pelos resultados alcançados, no ano passado fomos chamados pela CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) e a ideia é replicar para o restante do País", conclui.

NÃO TEMOS A FUNÇÃO DE FISCAIS, A IDEIA [DO PROGRAMA DE INCENTIVO À FORMALIDADE NA CONSTRUÇÃO] É VER SE A OBRA ESTÁ NA FORMALIDADE EM DIFERENTES ASPECTOS.





SÉRGIO CREMA, PRESIDENTE DO SINDUSCON-PR.



Do extrativismo ao 4.0

Como a indústria paranaense evoluiu nos últimos 75 anos e como está se preparando para os novos desafios

por Elvira Fantin

Uma indústria pautada na atividade extrativista da madeira e erva-mate, com um processo de transformação bastante rudimentar e trabalhadores executando tarefas meramente braçais. Assim era o cenário industrial paranaense no início do século XX. O atraso, determinado pela colonização tardia, bem como em função das atividades existentes, marcou a economia paranaense até o final da Segunda Guerra Mundial.

Foi neste contexto que nasceu a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Fundada em 1944, a entidade surgiu para defender o setor industrial e buscar o seu desenvolvimento. A iniciativa foi de nove sindicatos ligados às indústrias da Madeira (Simadeira), Erva-Mate (Sindimate), Metalmecânica (Sindimetal), Gráfica (Sigep), Panificação (Sinpep), Massas, Cacau e Balas (Sincabima), Laticínios (Sindileite), Alfaiataria (Sindialfa) e Couro (Sindicouro).

"Foi a vontade de transformação de industriais idealistas que fez surgir a Fiep. A situação era adversa, a indústria era precária e precisava se desenvolver. Era preciso uma instituição que defendesse os propósitos daqueles industriais e promovesse o fortalecimento do setor", destaca o presidente da Fiep, Edson Campagnolo. Segundo ele, esta mesma determinação moveu a Fiep ao longo destes 75 anos e continua a pautar a sua atuação até hoje.

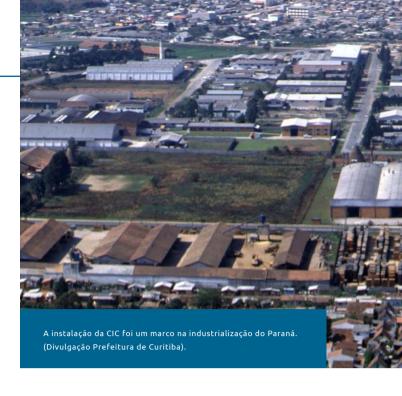


CAPA

FOI A VONTADE
DE TRANSFORMAÇÃO
DE INDUSTRIAIS
IDEALISTAS QUE FEZ
SURGIR A FIEP.

EDSON CAMPAGNOLO
PRESIDENTE DO SISTEMA FIEP





"Era fim da Segunda Guerra Mundial e a indústria paranaense caracterizava-se por ser bastante incipiente", contextualiza o economista, professor e estudioso do assunto, Fábio Scatolin. Ele explica que junto com a indústria extrativista começava a se desenvolver uma outra: pequena, porém intensiva em capital, a metalúrgica.

"Essa indústria se desenvolveu para atender às necessidades locais e nacionais. Porém, deficiências na infraestrutura de energia e transporte, bem como o tamanho do mercado local, impediam o seu maior desenvolvimento." Na mesma época, no Norte do Paraná, começava a se expandir a economia cafeeira.

Dois grandes momentos

"É muito emblemático a Fiep surgir neste período, marcado pela Segunda Guerra Mundial e a sinalização de seu término", destaca o economista e professor da Universidade Federal do Paraná Mariano Macedo. "A indústria paranaense passou por grandes mudanças ao longo desses 75 anos", afirma.

Ele cita dois grandes momentos. O primeiro foi nos anos 60, com o surgimento da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), antecessora do Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep), e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). "Os dois agentes financeiros realizaram estudos e diagnósticos sobre o desempenho da economia paranaense e financiaram investimentos", observa Macedo.

Foi nesta mesma época a ocorrência da "geada negra", que

dizimou a cafeicultura no Norte do Paraná. O fenômeno acabou fortalecendo uma outra atividade agrícola que despontava no Estado, a soja. Esta fomentou a instalação de um complexo agroindustrial para o processamento do grão e produção de farelo, impulsionando e modernizando a pecuária já existente e fazendo surgir a avicultura, que viria a ser uma das principais atividades econômicas do Paraná.

O segundo momento foi nos anos 70, com a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Ali, foi implantado o setor metalmecânico, que se consolidou num primeiro momento com as indústrias de máquinas agrícolas e, posteriormente, com as montadoras de veículos. "A indústria automobilística se tornou um dos setores mais relevantes da economia do Paraná."

Essa mesma indústria automobilística ganhou um novo impulso com a atração, para a Região Metropolitana de Curitiba, de grandes montadoras multinacionais no final dos anos 90. A década marcou também a expansão da agroindústria, com muito desenvolvimento no interior do Estado, especialmente por meio das cooperativas, que investiram pesado na implantação de modernas plantas industriais. Ganha destaque nesta época também o setor de papel e celulose.

Nas últimas décadas, novos segmentos diversificaram e aprofundam a estrutura produtiva do Estado, como, por exemplo, a indústria farmacêutica e de cosméticos, de confecções e de móveis.



É É MUITO EMBLEMÁTICO A
FIEP SURGIR NESTE PERÍODO,
MARCADO PELA SEGUNDA
GUERRA MUNDIAL E A
SINALIZAÇÃO DE SEU TÉRMINO.

MARIANO MACEDO, ECONOMISTA E PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.





Pioneira, indústria da erva-mate demanda modernização

A erva-mate chegou a representar 85% da economia do Paraná. Com a valorização do cultivo de outras lavouras, principalmente da soja, a erva perdeu importância. Hoje, junto com as demais culturas florestais, responde por apenas 5% da economia paranaense.

"Com a redução das áreas de cultivo, a estagnação no consumo e a falta de pesquisa para desenvolver novos produtos, o setor passa por crise", afirma a presidente do Sindicato da Indústria da Erva-Mate (Sindimate), Márcia Regina Ranssolin da Silveira.

Segundo ela, os preços não são atrativos para os produtores e as indústrias não inovam. "Pouco se investiu em pesquisa e as únicas indústrias que se modernizaram são as poucas que vendem para o mercado externo. No mais, a ervamate continua sendo beneficiada como no começo do século XX", diz.

Mas, de acordo com a líder do setor, há boas perspectivas. "São necessários sólidos investimentos em modernização, gestão, pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. Falta também união. É preciso acabar com a competição entre os elos da cadeia e passar a competir com outros produtos do mercado", reforça.

É É PRECISO ACABAR COM A

COMPETIÇÃO ENTRE OS ELOS DA CADEIA

E PASSAR A COMPETIR COM OUTROS

PRODUTOS DO MERCADO.

MÁRCIA REGINA RANSSOLIN DA SILVEIRA, PRESIDENTE DO SINDICATO DA INDÚSTRIA DA ERVA-MATE (SINDIMATE).





Nas últimas décadas, indústrias dos setores farmacêutico, de cosméticos, de confecções e de móveis se instalaram no Estado.

Os desafios para 2020

O que se vê nos anos 2000 e no cenário até 2020 é uma nova revolução industrial em curso. "A indústria hoje no mundo todo, no Brasil e no Paraná se encontra perante o desafio de enfrentar a chamada quarta revolução industrial, em função da grande mudança no padrão tecnológico", destaca Mariano Macedo. "Está havendo uma mudança profunda na forma de gerar rigueza. É um novo padrão centrado na tecnologia da informação e comunicação, é o mundo digital."

O professor observa que o Sistema Fiep, da mesma forma que contribuiu para a qualificação profissional e os avanços tecnológicos da indústria até aqui, se mostra mais uma vez atento aos novos desafios. "Um exemplo é o trabalho desenvolvido pelo Observatório Sistema Fiep, com as Rotas Estratégicas, que indicam como a indústria deve avançar no contexto desta nova revolução industrial. É um novo paradigma tecnológico que está mudando tudo", comenta.

Para o professor, o desafio maior deve ser para aqueles segmentos que não foram internacionalizados nos anos 70 e 80. "A indústria automobilística surgiu a partir dos grandes grupos multinacionais, que estão muito avançados na adoção de novas tecnologias. Já para alguns setores esta nova realidade impõe desafios maiores, como para a agroindústria, que, embora seja bastante moderna, organizada e dinâmica, ainda precisa avançar para se manter competitiva neste novo cenário", alerta Macedo.

O economista Fábio Scatolin reforça que produzir para atender mercados em crescimento, como Ásia e Oriente Médio, deve estar entre as estratégias das empresas. "No passado, no pós-Segunda Guerra, os paranaenses souberam responder aos desafios e oportunidades existentes à época. E hoje, será que saberemos para onde caminhar?", questiona.



Indústria automotiva foi uma das que mais acompanhou a evolução tecnológica ao longo do tempo.

NO PASSADO, NO PÓS-SEGUNDA
GUERRA, OS PARANAENSES SOUBERAM
RESPONDER AOS DESAFIOS E
OPORTUNIDADES EXISTENTES À ÉPOCA.
E HOJE, SERÁ QUE SABEREMOS PARA
ONDE CAMINHAR?



FÁBIO SCATOLIN, ECONOMISTA E PROFESSOR.

Indústria metalmecânica já entrou na era 4.0

O setor metalmecânico do Paraná vem se modernizando desde os anos 70, com o advento da CIC, que foi um marco para esta indústria. Capacitação de mão de obra e novas tecnologias são constantes no setor, que amplia cada vez mais sua participação na economia do Estado. Um exemplo de modernização é a adoção da *Lean Manufacturing* (Manufatura Enxuta), focada na redução de desperdícios.

A crise que abalou o País nos últimos anos afetou também o setor. A redução do consumo levou a demissões e fechamento de fábricas. A partir do final de 2018, a economia começou a se recuperar e a indústria metalmecânica vem retomando o crescimento e se modernizando.

Impulsionadas pela quarta revolução industrial, as empresas do setor estão investindo em fábricas inteligentes. "Hoje, estamos chegando à automação dos processos. A indústria 4.0 está tomando forma, resultado do uso cada vez maior de diversas tecnologias, tanto no chão de fábrica como na gestão", observa Alcino Tigrinho, presidente do Sindimetal. Tecnologias como inteligência artificial, Internet das Coisas e nanotecnologia vêm tornando obsoleto o modo como se produz hoje, demandando investimentos cada vez maiores em inovação.

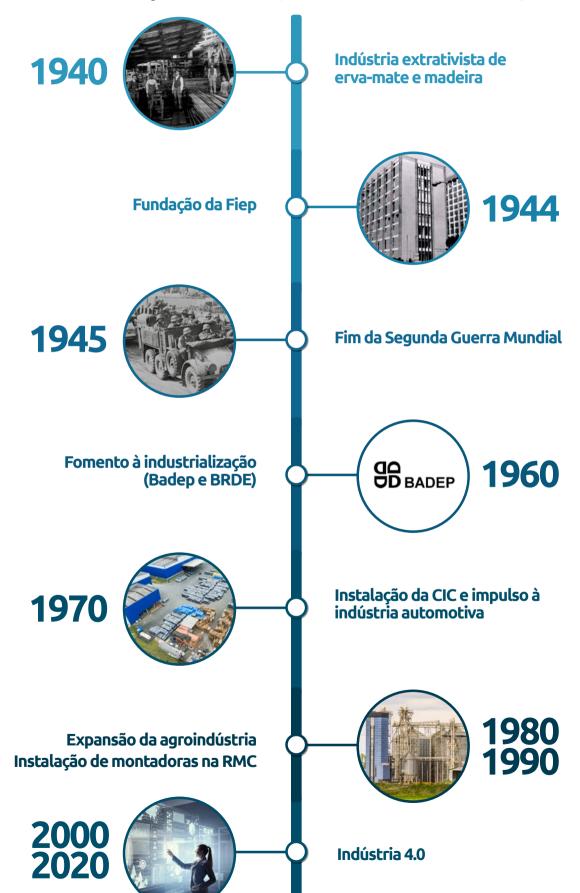
O líder do setor diz que é preciso renovar os processos, qualificar os profissionais e adequar os produtos às demandas de consumidores cada vez mais exigentes e conectados, sob pena de ficar para trás em um mercado competitivo e altamente desenvolvido.

HOJE, ESTAMOS CHEGANDO À
AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS.
A INDÚSTRIA 4.0 ESTÁ TOMANDO FORMA,
RESULTADO DO USO CADA VEZ MAIOR DE
DIVERSAS TECNOLOGIAS, TANTO NO CHÃO
DE FÁBRICA COMO NA GESTÃO.

ALCINO TIGRINHO, PRESIDENTE DO SINDIMETAL.



A evolução da indústria paranaense nos 75 anos da Fiep





Educando para a transformação

Por meio do Sesi no Paraná, Sistema Fiep trabalha para o desenvolvimento de ações que busquem uma sociedade melhor

por Douglas Luz

A ligação do Sistema Fiep com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) é antiga. As atividades foram iniciadas em 2004, na época com os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), ligados à Organização das Nações Unidas (ONU). O trabalho foi realizado em 360 municípios do Paraná, com o objetivo de incentiválos a pensar de que forma poderiam contribuir com o cumprimento dos objetivos.

O projeto, na época, era o "Nós Podemos Paraná",

que envolveu o poder público, a iniciativa privada e as organizações da sociedade civil. O desafio era o alcance dos ODM até 2010 por todos os municípios. O resultado foi positivo e a iniciativa, bem como a metodologia adotada, tiveram reconhecimento mundial. Desde então, o trabalho realizado no Paraná tem sido replicado em outros estados brasileiros.

Em 2013, a ONU decidiu dar continuidade e, para isso, foi feita uma consulta pública com 50 Países para definir os novos

temas que entrariam na Agenda Global. Cinco eventos foram realizados no Brasil, sendo um deles na Fiep, do qual saíram três temas: Segurança Pública, Saúde e Anticorrupção. A partir de 2015, os objetivos que antes eram oito, aumentaram para 17 e passaram a se chamar Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os ODS definem as prioridades e aspirações de desenvolvimento sustentável global para 2030. Foram construídos com base nos ODM, completando as metas que não foram atingidas e respondendo a novos objetivos, considerando os limites do planeta e com foco nos "cinco Ps": Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

Segundo o superintendente do Sesi e IEL e diretor regional do Senai, José Antonio Fares, o Sistema Fiep, compreendendo o papel do setor empresarial para o desenvolvimento do País, tem realizado um trabalho intenso para o alcance das agendas mundiais de desenvolvimento. "Nossos programas, projetos e iniciativas têm grande influência no alcance do desenvolvimento sustentável. Trabalhar os temas da Agenda 2030 permitem que soluções e tecnologias sejam desenvolvidas e implementadas para tratar dos maiores desafios mundiais para a sustentabilidade, que impactam direta e indiretamente a indústria, o desenvolvimento local e a economia do Estado do Paraná", destaca.

NOSSOS PROGRAMAS, PROJETOS F INICIATIVAS TÊM GRANDE INFLUÊNCIA NO ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

JOSÉ ANTONIO FARES, SUPERINTENDENTE DO SESI E IEL E DIRETOR REGIONAL DO SENAI.



Relação com o Pacto Global

O Sistema Fiep integra o Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG) e três grupos temáticos: Comunicação e Engajamento, Anticorrupção e o dos ODS. Desde 2003, faz parte também da Rede Brasil do Pacto Global. De acordo com Fares, o Sistema é signatário e apoiador de plataformas globais de sustentabilidade, que norteiam a gestão interna e os serviços prestados para a indústria e para a comunidade. "Internalizamos os princípios e compromissos para o desenvolvimento sustentável em nossos processos de negócio, com foco na potencialização do impacto gerado e na mitigação dos riscos socioambientais - caminho obrigatório para a permanência em um mercado cada vez mais competitivo e globalizado", ressalta.

A head de Engajamento e Comunicação da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, Fernanda Arimura, destaca que a parceria da Rede Brasil com o Sistema Fiep faz parte de uma estratégia institucional da área. "Abordamos as organizações mais envolvidas no Brasil e o Sistema foi o primeiro a fazer parte da ação e a implementar o programa", conta. "A partir de uma discussão conjunta com a equipe da Fiep e a nossa comunicação, foi definida a melhor abordagem e estratégia, respeitando as características locais, o que gerou o Conexão ODS [mais informações no box da pág. 28], evento de mobilização realizado em conjunto nas unidades do Sistema Fiep no Estado", completa.

Os ODS convidam as empresas a alinhar sua estratégia de negócio a um compromisso mundial para o desenvolvimento. Segundo o gerente de Riscos & Compliance do Sistema Fiep, Rodrigo Zani, os programas educativos desenvolvidos contribuem para promover uma educação de qualidade para todos, em todos os momentos da vida. "Oferecemos educação infantil em diversas regiões do Estado. Com uma metodologia diferenciada e que conecta o jovem às necessidades e desafios da sociedade atual. Para incluir todos, oferecemos cursos superiores e formação executiva, priorizando uma formação de qualidade e orientada ao compromisso pelo desenvolvimento sustentável", declara. "Contribuir para os ODS é, portanto, um movimento de alinhar o negócio aos desafios mundiais colocados pela Agenda 2030, e o Sistema Fiep tem contribuído de maneira significativa para seu alcance", afirma.

ABORDAMOS AS
ORGANIZAÇÕES MAIS ENVOLVIDAS
NO BRASIL E O SISTEMA FOI O
PRIMEIRO A FAZER PARTE DA AÇÃO
E A IMPLEMENTAR O PROGRAMA.

FERNANDA ARIMURA, HEAD DE ENGAJAMENTO E
COMUNICAÇÃO DA REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL DA ONU.



Portal ODS

Com o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável, garantindo resultados econômicos satisfatórios aos negócios, equidade social e respeito ao meio ambiente, o Sistema Fiep, por meio do Sesi no Paraná, lançou o Portal ODS. A plataforma é dinâmica e reúne informações para dar suporte a todas as instituições no Brasil interessadas na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além de detalhar os projetos que são desenvolvidos com base no tema. Com a plataforma será possível avançar na reflexão e entendimento sobre oportunidades e benefícios dos ODS para empresas, governos, organizações da sociedade civil e cidadãos.

Mais informações: portalods.com.br.



Do ensino infantil à faculdade

No Sistema Fiep, o tema é abordado desde o Ensino Infantil até as Faculdades da Indústria. Um exemplo acontece no Kinderhaus, com o projeto "Crescer na Indústria", em parceria com a Robert Bosch – Curitiba, atendendo crianças de 0 a 6 anos. Lá, os ODS são trabalhados de maneira lúdica e prazerosa. "Temos o apoio do material do projeto 'Meu Jeitinho', desenvolvido especialmente para o público infantil e que aborda os oito jeitos de mudar o mundo com uma linguagem acessível e de fácil compreensão", comenta Juliana Neppel Soares, coordenadora de Educação Infantil da unidade.

Já na Educação Infantil na unidade do Colégio Sesi Boqueirão, em Curitiba, com as crianças de 3 a 5 anos o tema é trabalhado nas oficinas de aprendizagem, simultaneamente aos conteúdos abordados nos respectivos segmentos temáticos, como economia e práticas sociais. O assunto é tratado de forma lúdica, com imagens e brincadeiras, de acordo com a professora da unidade Estela Wille.

Em parceria com as Faculdades da Indústria, são realizados, desde 2015, Ciclos de Estudos para estimular a reflexão sobre a nova agenda mundial para o desenvolvimento sustentável e sobre os desafios colocados pelos ODS ao Brasil e, em especial, ao Paraná.



Crianças em atividade do projeto "Crescer na Indústria", no Kinderhaus, na Bosch, em Curitiba.



TEMOS O APOIO DO MATERIAL DO PROJETO 'MEU JEITINHO', DESENVOLVIDO ESPECIALMENTE PARA O PÚBLICO INFANTIL E QUE ABORDA OS OITO JEITOS DE MUDAR O MUNDO COM UMA LINGUAGEM ACESSÍVEL E DE FÁCIL COMPREENSÃO.

JULIANA NEPPEL SOARES, COORDENADORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA KINDERHAUS, REALIZADA EM PARCERIA COM A BOSCH.

Embaixadores da sustentabilidade

Em 2018, os alunos das instituições de ensino do Sesi, Senai e Faculdades da Indústria no Paraná foram desafiados pelo Programa ODS na Educação, do Sistema Fiep, respondendo à pergunta: "Como os ODS na educação transformam o mundo?". Dessa atividade, 14 unidades em todo o Estado ganharam embaixadores da sustentabilidade.

A aluna Katarina Amorim, do Colégio Sesi de Foz do Iguaçu, uma das embaixadoras, contou que a partir das aulas de Português, História e Geografia o tema já era trabalhado e que isso despertou o seu interesse na área. Já a aluna Flavia Cibele Gazzoni, do 3° ano do Ensino Médio do Colégio Sesi em Guarapuava, que também faz parte deste grupo, disse que tem sido uma experiência muito construtiva mostrar para os colegas o quanto os ODS são importantes. Do Colégio Sesi de Dois Vizinhos, o aluno João Henrique Pietrobom, que foi embaixador em 2018, enquanto era aluno do 3° ano do Ensino Médio e que ainda segue exercendo a função, agora pela Aprendizagem Senai, enfatizou que colocará em prática na vida tudo o que tem aprendido com a oportunidade.

Conexão ODS

O Sistema Fiep é um dos principais articuladores, no Paraná, de ações voltadas ao cumprimento das metas da Agenda 2030 da ONU. Ao levar informação e mobilizar a comunidade empresarial e a sociedade para ampliar o engajamento de todos os paranaenses aos ODS, criou o evento "Conexão ODS: os objetivos na estratégia de negócios". O objetivo é sensibilizar e engajar o setor privado para o alcance dos objetivos, destacando a importância do Pacto Global e de temas relevantes para as empresas e para o desenvolvimento sustentável. A iniciativa, que iniciou em março em Maringá, já passou também por Curitiba e Ponta Grossa. No dia 22 de agosto, Londrina recebe o evento, e as atividades se encerram em Cascavel, no dia 16 de outubro.

Mais informações: *sesipr ora br*





Avanço tecnológico e melhora na reputação são metas do setor plástico

Investimentos para aumentar a produtividade na era da Indústria 4.0 e dar visibilidade às iniciativas sustentáveis podem acelerar crescimento dentro e fora do País

por Patrícia Gomes

Cada vez mais valores e iniciativas voltadas à sustentabilidade devem guiar marcas e direcionar as estratégias das empresas na busca por maior competitividade. Uma prova disso foi revelada pela pesquisa da Union + Webster, que aponta que 87% da população brasileira prefere comprar produtos e serviços de empresas sustentáveis.

SÉRIE POLO INDUSTRIAL

No Paraná, 45% dos estabelecimentos industriais já estão engajados com práticas sustentáveis, como a gestão de resíduos, segundo dados de 2017 da Bússola da Sustentabilidade do Sistema Fiep.

Porém, ainda há potencial para expansão. Alguns setores como a indústria de material plástico, por exemplo, são apontados como "vilões". Mas o argumento em defesa é que o problema não está no processo de produção industrial. "O dano maior ao meio ambiente é o descarte inadequado, que envolve também a estrutura de coleta, a destinação e até a reciclagem desses materiais", pontua José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast).

O presidente explica que, como contrapartida, o setor atua em várias iniciativas para minimizar problemas ambientais. "Precisamos dar mais visibilidade a essas ações e mostrar que a resolução dos gargalos que dificultam a implementação de uma efetiva economia circular, apesar de mais difícil, trará resultados muito mais perenes do que proibições", afirma.

Além de atuar para melhorar a imagem e a reputação, outro desafio do setor plástico está ligado à produtividade. Roriz Coelho refere-se diretamente às novidades nas formas de organização, monitoramento e integração da produção trazidas pela "Indústria 4.0". "Enquanto o Brasil passava por uma crise, o mundo estava se estruturando e implementando essas tecnologias 4.0. A indústria e o Brasil precisam também se adequar para não ficarem defasados", sugere.

ENQUANTO O BRASIL

PASSAVA POR UMA

CRISE, O MUNDO ESTAVA

SE ESTRUTURANDO E

IMPLEMENTANDO ESSAS

TECNOLOGIAS 4.0. A INDÚSTRIA

E O BRASIL PRECISAM TAMBÉM

SE ADEQUAR PARA NÃO

FICAREM DEFASADOS.

JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO PLÁSTICO (ABIPLAST).

Na prática

A Abiplast atua em várias frentes para efetivar a economia circular do setor:



Criação da Rede de Cooperação para o Plástico, em 2018: reúne toda a cadeia produtiva estendida do plástico e se dedica a estudar modelos de logística reversa e melhorias no design de embalagens.



Coalização Empresarial: junto a outras 22 associações, visa implementar a logística reversa de embalagens.



Fórum Setorial dos Plásticos – por um mar mais limpo, promove ações em prol da limpeza dos mares e acões de enfrentamento ao problema.

Entraves para o desenvolvimento

Na esfera governamental, o presidente da Abiplast sugere mais investimento na expansão do saneamento básico, no incentivo ao descarte correto pelos consumidores, ampliação da coleta seletiva, desoneração da cadeia de reciclagem, além do fortalecimento de novos mercados e incentivo à inovação em produtos e tecnologias.





Operation Clean Sweep, programa para aperfeiçoar operações de manuseio de grânulos plásticos, visando a perda zero desse material no meio ambiente.



Selo Nacional de Plástico Reciclado, com cartilhas de qualificação para separação adequada de materiais plásticos para cooperativas e redesenho de embalagens, voltada para designers.



Movimento Plástico Transforma, com ações de educação relacionadas ao correto descarte do material plástico.



Campanhas de redução do uso de plásticos pelas grandes marcas, alternativas de reuso, remanufatura e reciclagem.



representa 35% do faturamento da PLM.

Destinação lucrativa

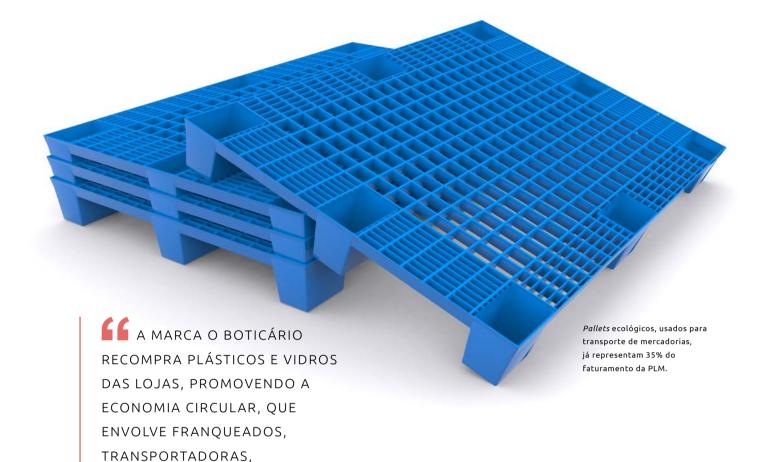
A PLM, de Campina Grande do Sul, Região Metropolitana de Curitiba, especializada em produtos plásticos para a indústria automotiva, linha branca, serigrafia e embalagens de laticínios, fez do momento da crise, em 2015, um grande aprendizado. Promoveu uma ampla restruturação interna para rever seu planejamento. A estratégia e os investimentos em tecnologia renderam o desenvolvimento de novos produtos para segmentos em que a empresa não atuava e que não havia fornecedores no Brasil. "Foram anos desafiadores, mas que resultaram no aumento de 53% no faturamento da empresa em 2018. O volume de produção teve alta de 40% e, este ano, a previsão é crescer mais 41%", informa o gerente-executivo da empresa, Diego Berenguel.

A PLM já atuava forte com itens para a linha branca, principalmente refrigeradores, e com *pallets*, que servem para transporte de mercadorias. Avançou na fabricação de tetos de automóveis, vans e máquinas agrícolas. "Foram R\$ 3 milhões em novas tecnologias, automação e adequação de

COMPRAMOS OS RESÍDUOS
QUE SE TRANSFORMAM
EM MATÉRIA-PRIMA PARA
A FABRICAÇÃO DE NOVOS
PRODUTOS. A SOLUÇÃO,
OFERECIDA NO MOMENTO
DA VENDA, GERA GANHO
FINANCEIRO, CONTRIBUI
PARA UMA DESTINAÇÃO MAIS
ADEQUADA DOS RESÍDUOS
E AINDA FIDELIZAMOS OS
CLIENTES.

DIEGO BERENGUEL, GERENTE-EXECUTIVO DA PLM, INDÚSTRIA ESPECIALIZADA EM SOLUÇÕES EM PLÁSTICO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, NA RMC.

SÉRIE POLO INDUSTRIAL



ALEXANDRE BOUZA, DIRETOR DE MARKETING DE O BOTICÁRIO.

E CONSUMIDORES.

COOPERATIVAS, REVENDEDORAS

Alexandre Bouza, diretor de marketing de O Boticário.

A indústria apostou em uma outra alternativa para ganhar espaço no mercado. Utilizando conceitos de logística reversa, propõe aos clientes recolher as sobras de material das linhas de produção. "Compramos os resíduos que se transformam em matéria-prima para a fabricação de novos produtos. A solução, oferecida no momento da venda, gera ganho financeiro, contribui para uma destinação mais adequada dos resíduos e ainda fidelizamos os clientes". comemora.

Estímulo à reciclagem

O Grupo Boticário informa ter o maior programa de logística reversa do Brasil em pontos de coleta. A empresa recolhe embalagens devolvidas pelos consumidores em suas quase 4 mil lojas e encaminha para cooperativas. "A marca O Boticário recompra plásticos e vidros das lojas, promovendo a economia circular, que envolve franqueados, transportadoras, cooperativas, revendedoras e consumidores", conta o diretor de Marketing, Alexandre Bouza.

Plástico de fonte renovável

A empresa também inovou na embalagem da linha Cuide-se Bem. O Plástico Verde, como é conhecido, tem o etanol da cana-de-açúcar como matéria-prima e é 100% renovável. Com as mesmas características do polietileno tradicional, as embalagens feitas da cana evitam a emissão de cerca de 3 mil toneladas de CO² por ano. Em 2016, mais de 70% do portfólio desta linha foi atualizado com a quantidade de plástico reduzida em 10%, o equivalente a 90 toneladas/ano, e assim 230 mil litros de petróleo deixaram de ser utilizados no mesmo período.

O PET pós-consumo é utilizado em frascos, bisnagas e invólucros de diversas linhas de produtos de O Boticário, Eudora e em maquiagens de quem disse, Berenice?, com o objetivo de gerar valor a partir do plástico comprado de cooperativas de materiais reciclados.



O SETOR EM NÚMEROS (*)

	O Paraná tem 941 indústrias do setor plástico, 8,5% do segmento no País
0	43,6% estão na Região Metropolitana de Curitiba. Há pelo menos uma indústria plástica em cerca de 110 municípios do Paraná
	Em relação ao porte, 57% são microempresas; 33,6% são pequenas; 7,7% são médias; e 1,7% são grandes empresas
	No Paraná, são 22 mil e 700 pessoas empregadas no setor, 7,3% do total de mão de obra do segmento no País, e 3,7% do total da Indústria de Transformação do Paraná
5	Comex: O Paraná exportou, em 2018, US\$77,3 milhões em produtos plásticos. Do total exportado pelo Brasil em 2018, 2,25% saíram das indústrias paranaenses.
	Os principais destinos dos produtos plásticos paranaenses foram Chile, Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia

Construção civil aposta em tecnologias para alavancar o setor

Com um cenário de retomada, empresas têm desenvolvido soluções para aumentar a produtividade, reduzir custos e se diferenciar

por Priscila Aguiar

Como reflexo da inteligência artificial e das novas tecnologias, muitas empresas têm mudado a forma pela qual trabalham. E isso se reflete em diversos segmentos industriais, que estão atualizando seus produtos, processos e serviços. Com a construção civil não seria diferente.

O setor tem passado por constantes mudanças e hoje vive um cenário gradual de recuperação. De acordo com os Indicadores Imobiliários Nacionais publicados pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, no primeiro trimestre de 2019, os lançamentos de imóveis residenciais cresceram 4,2%, na comparação anual. Nos primeiros três meses, as vendas também aumentaram 9,7%, ante o mesmo período do ano passado. Na comparação com o quarto trimestre, contudo, caíram 18.9%.



Com foco na retomada do mercado imobiliário, algumas empresas desse segmento se reinventaram, apostando em tecnologias que agregam valor aos clientes e reduzem custos. Foi assim com a AZUBA, empresa de tecnologia especializada em visualizações interativas. Ela desenvolve espaços em realidade virtual – com um ambiente novo e independente do mundo real – e aumentada, que utiliza elementos virtuais que interagem com outros já existentes.

Por meio dessas tecnologias, que podem ser aplicadas em smartphones ou em óculos de simulação, a companhia vem atendendo a construtoras desde 2010. "As aplicações vão desde verificar em tamanho real setores e detalhes dos projetos, até deixar uma reunião de medição de obra com o cliente mais interativa, clara e lúdica", explica Joel Stival, fundador da AZUBA.

A solução tem reduzido custos, já que construtoras, incorporadoras e imobiliárias têm substituído apartamentos decorados na obra por ambientes virtuais simulando os espaços. Dessa forma, o cliente em potencial consegue visualizar como ficará o imóvel pronto, inclusive com a vista que ele teria de cada andar do empreendimento.

Stival acredita que, com o uso da inteligência artificial, os compradores sentem mais confiança na tomada de decisões em relação a um imóvel, como escolha do andar pela vista da janela ou a opção pela cozinha integrada. "A realidade virtual e a aumentada são as ferramentas mais modernas para eliminar, ou pelo menos reduzir, as dúvidas que só

A REALIDADE VIRTUAL E A
AUMENTADA SÃO AS FERRAMENTAS MAIS
MODERNAS PARA BUSCAR ELIMINAR, OU
PELO MENOS REDUZIR, AS DÚVIDAS QUE
SÓ SERÃO PERCEBIDAS DURANTE A FASE
DE EXECUÇÃO DE UM PROJETO.



JOEL STIVAL FUNDADOR DA AZUBA.



Otimista com a retomada do setor de construção civil, a AZUBA desenvolve tecnologias de realidade virtual e aumentada para auxiliar tanto a equipe técnica dos empreendimentos quanto a de vendas.

serão percebidas durante a fase de execução de um projeto", comenta o empresário.

E isso pode contribuir para uma antecipação das vendas. "Disponibilizamos o decorado virtual antes mesmo do início da instalação do canteiro de obras. Também há a possibilidade de apresentar o empreendimento em vários estandes de venda simultaneamente, em feiras e até outras cidades", reforça.

BIM: de tendência à pauta estratégica

Outra tecnologia que está em alta é o BIM (sigla em inglês para *Building Information Modeling*, ou Modelagem da Informação da Construção, em tradução livre para o português). O objetivo é unir as informações e os detalhes de vários projetos e criar um modelo 3D da obra, muito mais próximo do resultado do que os protótipos 2D.

"O BIM é um banco de dados estruturado, um protótipo que permite testar as soluções de um empreendimento antes de sua produção e possibilita a colaboração, já que requer um ambiente em que as decisões sejam tomadas em conjunto", explica Alexia Gassenferth Motter, sócia-fundadora da Campestrini, empresa de inovação para a construção civil.

TECNOLOGIA

ALEXIA GASSENFERTH MOTTER, SÓCIA-FUNDADORA DA CAMPESTRINI.



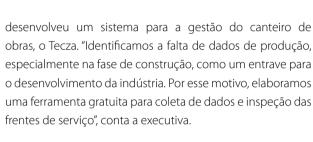
A tecnologia passará a ser exigida pelo Governo Federal a partir de 2021, o que a posicionou como pauta estratégica para o setor de infraestrutura. De acordo com estudos da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a expectativa é de que haja um aumento de 10% na produtividade do setor e uma redução de custo que pode chegar a 20% com a utilização do BIM.

O futuro do setor

Depois de anos atuando com serviço consultivo de BIM para incorporadoras e construtoras, a Campestrini

O SURGIMENTO DESSAS STARTUPS
DEVE TRAZER AUTOMAÇÃO AOS
PROCESSOS POR MEIO DA CRIAÇÃO DE
APLICATIVOS E PELO USO DE CÂMERAS
DE CELULARES.

FABIANO ROGERIO CORRÊA,
PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE
ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL
DA ESCOLA POLITÉCNICA DA USP.



6 O BIM É UM BANCO DE DADOS

ESTRUTURADO, UM PROTÓTIPO QUE PERMITE TESTAR AS SOLUÇÕES DE

UM EMPREENDIMENTO ANTES DE SUA

PRODUÇÃO E POSSIBILITA A COLABORAÇÃO, JÁ QUE REQUER UM AMBIENTE EM QUE AS

DECISÕES SEJAM TOMADAS EM CONJUNTO.

Para ela, a digitalização de processos relacionados à construção civil, bem como a gestão de dados, são desafios que essa indústria enfrenta. "Enquanto a construção não se digitalizar para poder gerir os dados e entender seus gargalos, não há como implantar inovações mais avançadas", comenta.

O crescimento das construtechs, startups voltadas à construção civil, deve contribuir para essas demandas. Segundo Fabiano Rogerio Corrêa, professor do Departamento de Engenharia de Construção Civil da Escola Politécnica da USP, "o surgimento dessas startups deve trazer automação aos processos por meio da criação de aplicativos e pelo uso de câmeras de celulares", explica.

O professor afirma que entre as vantagens do uso dessas tecnologias estão o aumento da produtividade e qualidade, redução de custos e prazos, e possibilidade de oferecer produtos diferenciados. "No entanto, é necessário promover uma mudança considerável no produto, na organização e nos processos, para que essas tecnologias possam dar os frutos esperados", pondera.

Soluções para a construção civil

O Instituto Senai de Tecnologia de Construção Civil, em Ponta Grossa, auxilia empresas e profissionais em todo o ciclo da edificação, desde a fase de projeto até a execução da obra, e na fase de uso, com elaboração de manuais e orientações aos usuários. Para saber mais, acesse *senaipr.org.br/para-empresas./*





















Retomando tradições

Como alguns municípios paranaenses têm melhorado seus indicadores investindo em seus produtos típicos

por Elvira Fantin

Nasceu em 1995, em Cerro Azul, município paranaense do Vale do Ribeira. A cidade é conhecida como a capital da tangerina ponkan e Debora, a exemplo de praticamente todas

O ano de 2008 foi muito marcante para ela. Com 12 anos, além da escola, ela tinha o compromisso diário de preparar o almoço e levar para os pais na colheita. "A vida deles era sofrida. Trabalhavam muito e ganhavam muito pouco", conta. Segundo ela, naquele ano o preço da ponkan despencou e

"Aquela situação me incomodava. Decidi que tinha que fazer algo para mudar aquela realidade", lembra. Debora cresceu, foi estudar na capital do Estado, onde se formou em Letras. Depois cursou Tecnologia em Gestão Pública na Universidade

Estadual de Ponta Grossa. Mesmo estudando fora, Debora nunca deixou de morar em Cerro Azul. "Viajava seis horas por dia para poder estudar", conta. Anos mais tarde, ela passou no concurso público da prefeitura da sua cidade. A preocupação município continuava presente.

Enquanto trabalhava como servidora pública, surgiu o projeto pediu exoneração do cargo e assumiu a cooperativa. Desde então, trabalha para tornar realidade aquele sonho que vem movendo sua vida desde a infância. "Sempre pensei que a vida deles poderia melhorar sem terem que deixar o município e muito menos a agricultura. E é isso que está acontecendo",

A transformação começou por meio do programa Pró-



Parte das 10 milhões de caixas de ponkan produzidas pelos cooperados de Cerro Azul são transformadas em suco, vendido nos Armazéns da Família e em breve fornecido na merenda escolar de Curitiba.

SEMPRE PENSEI QUE A VIDA DELES PODERIA MELHORAR SEM TEREM QUE DEIXAR O MUNICÍPIO E MUITO MENOS A AGRICULTURA E É ISSO QUE ESTÁ ACONTECENDO.



DEBORA APARECIDA DO NASCIMENTO. PRESIDENTE DA COPAVALE.

e privadas, com o propósito de desenvolver os municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Em Cerro Azul, o programa focou na agregação de valor à tangerina. Uma parceria entre a cooperativa, a prefeitura e uma indústria local viabilizou a produção de suco. Isso bastou para que a rentabilidade dos agricultores aumentasse em 100%. O suco é comercializado nos Armazéns da Família, em Curitiba, e será inserido na merenda escolar da capital.

CRIAMOS UMA ALTERNATIVA PARA ESCOAR A PRODUÇÃO. A TRANSFORMAÇÃO EM SUCO DEVE REDUZIR SIGNIFICATIVAMENTE A PERDA DA FRUTA.

> NILSON CARVALHO, PROPRIETÁRIO DA INDÚSTRIA CITRUS UNION.



"Criamos uma alternativa para escoar a produção", conta Nilson Carvalho, proprietário da indústria Citrus Union. Segundo ele, a cada safra cerca de 40% da ponkan vem sendo perdida porque o mercado não absorve toda a produção in natura. "A transformação em suco deve reduzir significativamente esta perda", acredita. A indústria processa a produção dos cooperados e dos outros agricultores de Cerro Azul. São 7.800 famílias que produzem 10 milhões de caixas de ponkan a cada safra.

"A área cultivada com a ponkan vinha caindo por falta de incentivo, mas agora está sendo retomada", comemora o prefeito Patrik Magari. Ele conta que há ainda um projeto para a transformação da fruta em sucos e licores e outro de fornecimento de mudas.

f a área cultivada com a ponkan VINHA CAINDO POR FALTA DE INCENTIVO, MAS AGORA ESTÁ SENDO RETOMADA.



PATRIK MAGARI. PREFEITO DE CERRO AZUL.

E a menina Debora, hoje com 23 anos e presidindo a cooperativa, tem conseguido realizar o sonho de infância. "Estamos provando que é possível melhorar de vida, permanecendo no campo. Queremos que os filhos dos agricultores permaneçam aqui, não por falta de opção, mas por ser uma escolha, com qualidade de vida e perspectiva de um futuro melhor", pontua.

Reduzindo as desigualdades

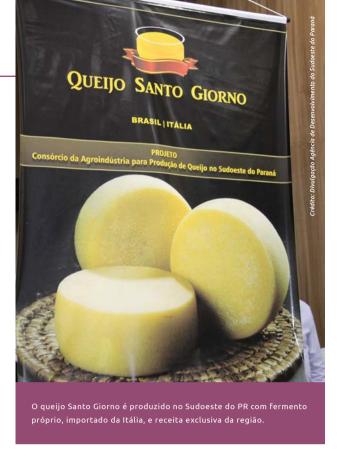
A RMC responde por 40% do PIB e por 43% dos empregos no Estado. No entanto, há uma grande concentração de renda e desigualdades entre os municípios. "O objetivo do programa é levar desenvolvimento a todos", destaca Hélio Bampi, presidente do Pró-Metrópole. Em Colombo, também na região, foi desenvolvido o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável, com o objetivo de atrair e desenvolver negócios de alto valor agregado nos próximos 20 anos. "Vamos transformar o plano em lei municipal e viabilizar as ações", afirma a prefeita Beti Pavin, vice-presidente do Pró-Metrópole.

A exemplo de Cerro Azul e Colombo, vários outros municípios da RMC são atendidos pelo Pró-Metrópole. Estão envolvidos no programa: a Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos (SMAM), a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba (Assomec), o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec), a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio), a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap), a Federação da Agricultura do Paraná (Faep) e a Associação Comercial do Paraná (ACP).



O OBJETIVO DO PROGRAMA É LEVAR DESENVOLVIMENTO A TODOS.

HÉLIO BAMPI, PRESIDENTE DO PRÓ-METRÓPOLE.



Queijos e vinhos no Sudoeste

A transformação do Sudoeste em referência na produção de queijos e vinhos é também resultado do trabalho de desenvolvimento regional. A Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste conseguiu mudanças relevantes na localidade e uma das mais significativas aconteceu por causa do impulso à vitivinicultura. "Até 2004, a região produzia 30 mil litros de vinho por ano. Em 2010, a produção chegou a 1 milhão de litros", conta Célio Bonetti, coordenador da Agência.

Executora de um projeto que conseguiu captar e investir R\$ 7 milhões na região, a agência viabilizou a estruturação de pequenas fábricas de vinho. "Foi um salto em desenvolvimento", conta Bonetti. Além do vinho, a uva também é transformada em suco para fornecimento à merenda escolar.

Outro fruto da atuação da entidade é o reconhecimento do queijo Santo Giorno, um produto típico regional. O queijo é produzido com um fermento próprio, importado da região italiana de Beluno. O desenvolvimento do produto contou com a parceria do governo da região do Veneto, que viabilizou a vinda de um mestre queijeiro italiano para o Sudoeste paranaense para aprimorar a receita típica.

Hoje, o queijo Santo Giorno tem marca registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). A liberação para a produção aconteceu recentemente e três laticínios da região já estão interessados na fabricação do produto.

ATÉ 2004, A REGIÃO PRODUZIA 30 MIL LITROS DE VINHO POR ANO. EM 2010, A PRODUÇÃO CHEGOU A 1 MILHÃO DE LITROS.



CÉLIO BONETTI,
COORDENADOR
DA AGÊNCIA DE
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO
SUDOESTE.

No Oeste, produtos tradicionais com valor agregado

No Oeste do Paraná, o programa Oeste Desenvolvimento começou em 2012, por meio de uma parceria entre o Parque Tecnológico de Itaipu, da Itaipu Binacional, o Sebrae, a Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná (Caciopar) e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (Amop). "O nosso foco foi agregar valor aos grãos, produtos tradicionais da região, e revertê-los em proteína animal, aumentando, em média, em até quatro vezes o seu valor", conta Danilo Vendrúsculo, presidente do Oeste Desenvolvimento.

Além de intensificar a produção de carnes, a região precisou superar a barreira sanitária, imposta pela ocorrência da febre

aftosa. O diretor executivo da Frimesa, Elias José Zydek, que no Oeste Desenvolvimento lidera o setor produtivo, conta que o trabalho envolveu o setor público e privado, e maio deste ano marcou a última vacinação. A partir daí, o rebanho não será mais vacinado e após o período de um ano sem a constatação do vírus, o Ministério da Agricultura dará parecer favorável à solicitação junto à Organização Internacional de Saúde Animal (OIE) do certificado de área livre de febre aftosa, sem vacinação.

O certificado será concedido em 2021, se todas as obrigações forem atendidas. "Com isso, o Paraná poderá comercializar carne suína e bovina para todos os Países importadores. Hoje, 65% dos países compradores estão fechados para a nossa carne por causa da barreira sanitária", informa Zydek.

O PARANÁ PODERÁ COMERCIALIZAR
CARNE SUÍNA E BOVINA PARA TODOS
OS PAÍSES IMPORTADORES. HOJE, 65%
DOS PAÍSES COMPRADORES ESTÃO
FECHADOS PARA A NOSSA CARNE POR
CAUSA DA BARREIRA SANITÁRIA.



ELIAS JOSÉ ZYDEK, DIRETOR EXECUTIVO DA FRIMESA.

Planos de desenvolvimento regionais

Os processos de desenvolvimento regional bem-sucedidos têm em comum dinâmicas de planejamentos e articulação local. O Sistema Fiep, por meio do Observatório Sistema Fiep, presta consultoria, elaborando diagnósticos e contribuindo com a construção de planos de desenvolvimento, a exemplo do trabalho realizado com alguns municípios. Entre os serviços prestados pelo Observatório destacam-se: estudos de prospectiva, planejamento, pesquisa e articulação, com projetos customizados às demandas das instituições.

Conheça mais sobre a atuação do Observatório em: fiepr.org.br/observatorios/













Por uma indústria cada vez mais sustentável

Empresas da Região Metropolitana de Curitiba inovam e testam combustível alternativo na produção de cimento

por Patrícia Gomes

A substituição da matéria-prima utilizada como combustível para produção de cimento pode resultar, em breve, num grande benefício ao Paraná, especialmente para os municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Isso porque ajudaria a resolver um grave problema que atinge a maior parte das cidades brasileiras: o despejo de rejeitos em lixões e aterros sanitários.

Mesmo nove anos após ser instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), no Paraná, 45% dos municípios ainda têm lixão a céu aberto. No Brasil, eles estão em 60% das cidades. Considerando que 84,72% da população do País vive em áreas urbanas, segundo o IBGE, reduzir o despejo de resíduos é urgente.

INOVAÇÃO

Insumo fundamental da cadeia produtiva da indústria da construção, o cimento tem um processo de fabricação intensivo na emissão de gases causadores do efeito estufa. Segundo dados da Associação Brasileira de Cimentos Portland (ABCP), a indústria cimenteira responde, globalmente, por cerca de 7% de todo o gás carbônico emitido pelo homem.

Por isso, o uso de combustíveis alternativos, em substituição aos fósseis não renováveis, como o coque de petróleo, é fundamental para as cimenteiras. Na região de Curitiba, algumas já utilizam o coprocessamento, queima de resíduos de outros segmentos da indústria, como alternativa. A novidade agora é a utilização do Combustível Derivado de Resíduos (CDR), gerado a partir de resíduos urbanos que iriam para o aterro sanitário.

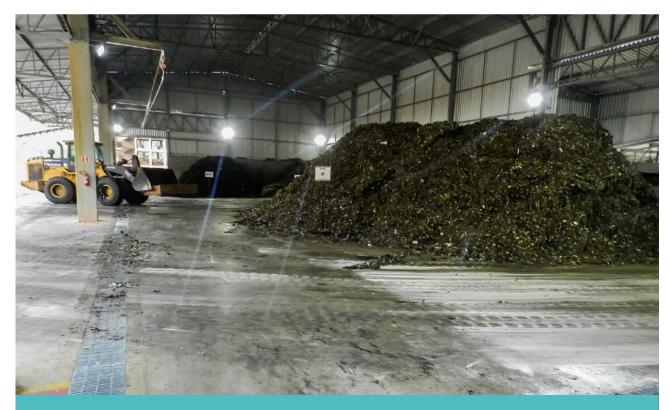
De acordo com dados da ABCP, de 30% a 40% das emissões diretas de CO² na indústria do cimento provêm da queima de combustíveis e os 60% a 70% restantes decorrem da reação guímica da conversão de calcário em óxido de cálcio (calcinação). O CDR emite 30% menos gases que causam efeito estufa.

Em fase de testes

Para acelerar o uso deste combustível menos poluente, as indústrias receberam autorização do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para testes. A primeira a experimentar o novo combustível foi a Supremo Cimentos, localizada em Adrianópolis.

De acordo com a coordenadora corporativa de meio ambiente, Luana Silva Heinen, as avaliações preliminares mostraram emissões dentro dos limites estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Luana conta que na unidade da empresa em Portugal, 70% da produção já é realizada utilizando coprocessamento de diferentes resíduos da indústria. "Aqui a intenção é começar substituindo o coque em 30% e aumentar gradativamente até chegar aos patamares europeus", informa. Segundo ela, o próximo passo é enviar o relatório final ao órgão ambiental. "A intenção é que nos próximos meses tenhamos autorização para operar por coprocessamento", informou.



A INTENÇÃO É COMEÇAR SUBSTITUINDO O COQUE EM 30% E AUMENTAR GRADATIVAMENTE ATÉ CHEGAR AOS PATAMARES EUROPEUS.

LUANA SILVA HEINEN. COORDENADORA CORPORATIVA DE MEIO AMBIENTE DA SUPREMO CIMENTOS.



A especialista em coprocessamento, Rejane Afonso, contratada pela Supremo Cimentos para acompanhar o licenciamento com o IAP, está otimista. "As primeiras avaliações mostram que as emissões ficaram dentro do esperado", disse. Segundo ela, o Brasil ainda precisa evoluir muito. "Na Alemanha, o coprocessamento representa 61% da matriz energética na produção do cimento. Aqui ainda estamos em 20%", diz.

II NA ALEMANHA, O COPROCESSAMENTO REPRESENTA 61% DA MATRIZ ENERGÉTICA NA PRODUÇÃO DO CIMENTO. AQUI AINDA ESTAMOS EM 20%.

REJANE AFONSO, ESPECIALISTA EM COPROCESSAMENTO.



Na Votorantim Cimentos, os testes com o CDR na fábrica de Rio Branco do Sul começaram em agosto de 2018. A unidade já é pioneira no Brasil no uso de combustíveis alternativos, iniciado em 1991, com o coprocessamento de pneus. Após a licença definitiva, a intenção é utilizar 300 toneladas de CDR por dia, evitando a emissão de 16 toneladas/dia de CO².

"O coprocessamento diminui a emissão de gases, reduz o volume de lixo que vai para os aterros e contribui para a economia circular ao potencializar a cadeia da reciclagem e trazer melhores condições de trabalho para cooperados, gerando emprego e renda", afirma Fábio Ermírio de Moraes, membro do Conselho de Administração da Votorantim Cimentos.

Nos últimos três anos, a empresa investiu R\$ 117 milhões para modernizar suas fábricas no Brasil para esta tecnologia. A previsão é investir outros R\$ 400 milhões nos próximos cinco anos.

A Cia. de Cimento Itambé, com sede fabril em Balsa Nova, também já está pronta para realizar os testes com CDR em seus fornos, aquardando apenas a autorização do IAP. "É de grande importância para o meio ambiente e para a qualidade de vida nas cidades a destinação adequada do lixo urbano. O coprocessamento em fornos de cimento é um grande aliado nesse processo", reforça Luis Sergio Gandolfi, diretor-superintendente da companhia.



INOVAÇÃO

Palavra final

A diretora de monitoramento ambiental e controle da poluição do IAP, Ivonete Coelho da Silva Chaves, afirma que o Paraná foi um dos primeiros Estados do País a adotar o coprocessamento e que está em vigor uma legislação específica para isso. "Há mais de 20 anos estudamos o reaproveitamento de resíduos para gerar energia. Aprimoramos a pesquisa e hoje existe uma resolução específica que estabelece critérios para triagem e logística dos resíduos", informa.

O objetivo, segundo ela, é garantir que o processo seja seguro, já que nem todo resíduo pode ser aproveitado. "Alguns tipos de plástico, por exemplo, com alto teor de cloro, podem gerar danos tanto para os equipamentos quanto em relação às emissões", alerta.

Sobre os testes na Supremo, Ivonete conta que um técnico do instituto acompanhou as etapas na empresa. De acordo com a diretora, o prazo legal para autorização do coprocessamento é de até seis meses, podendo ser antecipado dada a relevância da questão.

Control of the second of the s

Resíduos na correia transportadora seguindo para queima no forno do

Pelo mundo

O coprocessamento é amplamente utilizado na Europa, Estados Unidos e Japão. O diretor de relações institucionais da ABCP, Mário William Esper, defende a alternativa. "A indústria do cimento é uma das que mais contribui com o reuso de resíduos industriais em seus processos" garante.

Com poder calorífico bem menor do que o coque de petróleo, o uso do CDR não gera vantagens financeiras para as cimenteiras. "Os benefícios são ambientais e sociais. Na Europa, até 2020, não haverá mais aterros sanitários, 100% dos rejeitos serão tratados termicamente. Aqui no Brasil ainda há muito a evoluir, mas a tendência é que sigamos o modelo europeu", sustenta.

ANOS ESTUDAMOS O
REAPROVEITAMENTO DE
RESÍDUOS PARA GERAR
ENERGIA. APRIMORAMOS A
PESQUISA E HOJE EXISTE UMA
RESOLUÇÃO ESPECÍFICA QUE
ESTABELECE CRITÉRIOS PARA
TRIAGEM E LOGÍSTICA DOS
RESÍDUOS.

IVONETE COELHO DA SILVA CHAVES, DIRETORA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL E CONTROLE DA POLUIÇÃO DO IAP.





Localizada em Imbituva, região Centro-Sul do PR, a Kadesh produz 3,4 milhões de pares de calçados de segurança por ano, sendo uma das três maiores do ramo no País.

Protegendo o trabalhador

A tradição na fabricação de sapatos, que passa de geração a geração, faz da paranaense Kadesh referência nacional na produção de calçados de segurança

por Elvira Fantin

Uma das três maiores produtoras de calçados voltados para a proteção do trabalhador em todo o País, a Kadesh, tem sede em Imbituva, região Centro-Sul do Paraná. A indústria, hoje referência em seu segmento, nasceu da tradição da família, que sempre trabalhou com produção e conserto de calçados.

"Meu pai foi sapateiro e aprendeu o ofício com o meu avô. A tradição foi atravessando gerações", conta Valdemir Bastos, CEO da Kadesh. As raízes da indústria são antigas. A expertise foi transmitida por gerações e no ano de 2003, a companhia

foi fundada. No início eram produzidos cerca de 300 pares por dia, cerca de 6 mil por mês e 72 mil por ano. O solado ainda era em pvc e o cabedal (parte superior) em couro.

Em 2004, a empresa passou a investir na injeção de solado mono e bidensidade em poliuretano, tecnologia que deixa o sapato mais leve, confortável e com maior durabilidade. Em 2007, ampliou seu portfólio e passou a oferecer uma linha de calçados nobuck (linha Adventure). Em 2009, novas linhas foram lançadas, calçados com maior área de proteção



MEU PAI FOI SAPATEIRO E APRENDEU O OFÍCIO COM O MEU AVÔ. A TRADIÇÃO FOI ATRAVESSANDO GERAÇÕES.

VALDEMIR BASTOS, CEO DA KADESH.



e coturnos, alcançando novos segmentos de atuação. Em 2010, investiu em seu laboratório, realizando diversos testes que comprovam a eficiência dos calçados e que possibilitam a maximização da qualidade dos seus produtos.

Em 2015, a empresa ampliou seu espaço físico, aumentando sua capacidade de produção e melhorando significativamente o processo de armazenamento dos calçados. Em 2018, a Kadesh lançou mais três linhas de calçados: Soft Grip (antiderrapantes), Micro K (microfibra) e Safety Boots (botas em PVC), produtos da mais alta tecnologia, com cabedais especiais, entre eles a microfibra, mais resistente que o couro e mais leve.

Atualmente, a indústria tem 750 colaboradores e capacidade de produção de 3,4 milhões de pares de calçados por ano. O faturamento anual é de R\$ 81 milhões. A Kadesh responde por cerca de 10% da produção brasileira de calçados profissionais, de acordo com dados da Associação Nacional da Indústria de Material de Segurança e Proteção ao Trabalhador (Animaseg).





Só em 2018 foram três novas linhas lançadas no mercado.





colaboradores



3,4 milhões pares de calçados por ano



10%

da produção brasileira de calcados profissionais

A empresa atua no mercado nacional e internacional, com presença na Argentina, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e México. O mercado interno absorve cerca de 3 milhões de pares por mês e o restante é exportado

Meio ambiente e responsabilidade social

O cuidado com o meio ambiente sempre esteve entre as preocupações da indústria. Em parceria com empresas de soluções ambientais, a Kadesh mantém programa de gestão de resíduos dentro dos parâmetros exigidos pela legislação vigente. Faz monitoramento constante dos resíduos gerados, que são destinados para aterros industriais ou para a reciclagem. Além disso, recentemente a empresa passou a utilizar embalagens plásticas biodegradáveis, buscando amenizar os impactos ao meio ambiente.

A Kadesh também tem muito presente a questão da responsabilidade social. A empresa presta assistência aos seus colaboradores e familiares e desenvolve um trabalho com detentos, mantendo células industriais dentro de presídios. O objetivo é contribuir para sua ressocialização.



Mário De Mari foi um legítimo líder da indústria, diz Campagnolo

O ex-presidente da Fiep, Mário De Mari, faleceu, aos 96 anos, no dia 27 de março último. Engenheiro e industrial da construção civil, De Mari presidiu a Fiep entre 1968 e 1974, deixando um importante legado para a consolidação e expansão da entidade em todo o Paraná.

"Mário De Mari foi um legítimo líder da indústria paranaense, sempre preocupado com o desenvolvimento, não apenas de sua empresa, mas de todo o setor industrial e de todo o Paraná", declarou o presidente do Sistema Fiep, Edson Campagnolo, ao lamentar a morte do colega.



Wilson Thiesen é homenageado com Ordem do Mérito Industrial da CNI

O presidente executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Paraná (Sindileite), Wilson Thiesen, será homenageado com o título Ordem do Mérito Industrial, da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Thiesen foi indicado para receber a honraria pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) por sua dedicação de 50 anos ao setor agroindustrial, em especial à indústria do leite. Thiesen é engenheiro agrônomo formado em 1969 pela UFPR. Foi delegado federal do Ministério da Agricultura no Paraná de 1979 a 1982. Presidiu a Ocepar de 1987 a 1993. Presidiu a Organização das Cooperativas do Brasil, de 1991 a 1994 e foi presidente do Sindileite por sete mandatos, a partir de 1986. A solenidade de premiação está prevista para setembro.





Cônsul da Alemanha em Curitiba recebe Ordem do Mérito

O diretor da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha e Cônsul Honorário da Alemanha em Curitiba, Andreas F. H. Hoffrichter, recebeu a Cruz de Cavaleiro da Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha. A condecoração foi entregue pelo Cônsul Geral da República Federal da Alemanha em São Paulo, Axel Zeidler. O evento aconteceu no Palácio Iguaçu. O título é um reconhecimento à dedicação e trabalho prestados à sociedade e à indústria.

Na foto, o Cônsul Geral da República Federal da Alemanha em São Paulo, Axel Zeidler, o diretor da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha e Cônsul Honorário da Alemanha em Curitiba, Andreas F. H. Hoffrichter e o embaixador da Alemanha, Georg Witschel.



Novozymes tem novo presidente para a América Latina

Gilberto Maia é o novo presidente regional da Novozymes para a América Latina. Formado em medicina veterinária e pós-graduado em marketing, foi vice-presidente da Divisão de Saúde Ambiental da Bayer para a América Latina. Maia tem larga experiência na indústria, nas áreas de saúde animal, saúde ambiental e papel e celulose. A Novozymes está entre as 100 empresas mais inovadoras do mundo, e também a melhor empregadora, em nível global, na área científica, conforme a revista americana Science Magazine.



Prêmio reconhece trabalho inovador

A Gráfica Hellograf, de Curitiba, foi premiada em março último nos Estados Unidos, durante um evento internacional da HP. O case premiado foi a revista Botistars, produzida exclusivamente para um evento do Grupo Boticário, que reuniu as 300 melhores consultoras da marca. A revista foi produzida durante o evento. As consultoras foram fotografadas ao chegar ao local e, ao final, cada uma recebeu seu exemplar com sua foto impressa na capa. O case passou por uma seletiva no Brasil e foi selecionado para representar o Brasil no evento internacional.









Eficiência na gestão

Selecionados na etapa estadual do concurso Melhores Práticas Sindicais, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os sindicatos das indústrias de papel e celulose (Sinpacel), de eletricidade, gás e água (Sineltepar) e químico e farmacêutico (Sinqfar-Paraná) foram contemplados com a consultoria *Lean Office*, do IEL Paraná, do Sistema Fiep. A metodologia consiste em melhorar a produtividade, agregar valor às tarefas, eliminar perdas e criar processos administrativos mais eficientes e adequados. O IEL vem prestando esta consultoria a indústrias do Paraná e iniciou recentemente o trabalho com os sindicatos filiados à Fiep. Sinpacel e Sineltepar foram os primeiros a concluir o processo. O Sinqfar-Paraná será o próximo a receber a consultoria.

"O resultado já está aparecendo com alguns procedimentos adotados que visam a racionalização do trabalho e melhora na eficiência e na agilidade", disse Rui Brandt, presidente do Sinpacel. "A consultoria do *Lean Office* nos permitiu reunir colaboradores e reavaliar procedimentos internos que estavam burocratizados. Identificamos gargalos e buscamos novas ações que proporcionaram otimização de tempo", declarou Miguel Angelo Moraes, presidente do Sineltepar.

Diretorias reeleitas

Dois sindicatos reelegeram suas diretorias em maio último. O Sindicato das Indústrias do Vestuário do Oeste do Paraná (Sindiwest Paraná) elegeu novamente Edvaldo Geraldo, que permanecerá por mais dois anos à frente da entidade. O Siapar/Sibiopar/Sialpar (açúcar, biodiesel e álcool) escolheu Miguel Tranin para mais um mandato de três anos.





Dia Nacional da Construção Civil

O Sinduscon-PR vai realizar no dia 17 de agosto, em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Sistema Sesi/Senai-PR, a 13ª edição do Dia Nacional da Construção Social (DNCS). O evento, já consolidado como símbolo de responsabilidade social do setor da construção, terá como tema em 2019: "O mundo está mudando, e você?" O objetivo da campanha é abordar as mudanças no mercado de trabalho, os impactos e a importância da tecnologia e da atualização dos trabalhadores. Esta é uma ação promovida simultaneamente em todo o País. No ano passado, foram

realizados mais de 164 mil atendimentos, beneficiando cerca de 47 mil pessoas. Em Curitiba, 500 trabalhadores e familiares participaram deste dia de festa e confraternização.





UMA CARREIRA INOVADORA COMEÇA COM UMA FACULDADE INOVADORA



INSCREVA-SE

de desconto. Para matrículas em 2020, a mensalidade seguirá a Política Comercial do Sistema Fiep

VESTIBULAR 2019

faculdadesdaindustria.com.br/vestibular



FIEP SESI SENAI IEL

EDUCAÇÃO SESI, SENAI E IEL QUEM FAZ SE DÁ BEM

Sistema Fiep FIEP SESI SENAI IEL

RESULTADOS COMPROVADOSNA VIDA DOS ALUNOS

A pesquisa realizada pela **FIPE** (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) confirma: da educação básica ao ensino superior, quem estuda no **Sistema Fiep** se dá bem no mercado de trabalho, tendo **50%** mais chances de conquistar um emprego com carteira assinada e até **43%** de alcançar uma promoção.*



CONHEÇA NOSSOS RESULTADOS E FAÇA PARTE DESSES NÚMEROS

Aproxime o leitor de QR Code do seu celular ou acesse: **sistemafiep.org.br/pesquisa-fipe-educacao**



